



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

AVALIAÇÃO DO PLANO OPERACIONAL

2º SEMESTRE DE 2015

MISSÃO

*“Promover o aperfeiçoamento e a transparência da
Gestão Pública, a prevenção e o combate à corrupção,
com participação social, por meio da avaliação e
controle das políticas públicas e da qualidade do gasto.”*

JUNHO/2016

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro

70070-905 – Brasília-DF

cgu@cgu.gov.br

Torquato Jardim

Ministro da Transparência, Fiscalização e Controle

Carlos Higino Ribeiro de Alencar

Secretário-Executivo

Francisco Eduardo de Holanda Bessa

Secretário Federal de Controle Interno

José Gustavo Lopes Roriz

Diretor de Auditoria da Área Econômica

Victor Godoy Veiga

Diretor de Auditoria da Área Social

Wagner Rosa da Silva

Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura

Cláudio Antônio de Almeida Py

Diretor de Auditoria da Área de Produção e Comunicações

Renilda de Almeida Moura

Diretora de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle

Ronald da Silva Balbe

Diretoria de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho

Equipe responsável pela elaboração:

Diretoria de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle – SFC

Alexandre Ferreira de Macedo

Bruno Oliveira Barbosa

Christopher Bruno Costa Aviz

Saulo Jose Gomes

Lista de abreviações/Siglas

AAC – Auditoria Anual de Contas

AEPG – Avaliação da Execução de Programas de Governo

ALICE – Sistema de Análise de Licitações e Editais

ARG – Avaliação dos Resultados da Gestão

CGU- Controladoria-Geral da União

CGU-R - Controladorias Regionais da Controladoria-Geral da União

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MTFC – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle

OS – Ordem de Serviço

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCPR - Prestação de Contas da Presidência da República

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PO – Plano Operacional

PPP – Plano de Providências Permanentes

RAc – Relatório de Acompanhamento da AEPG

RAG - Relatório de Auditoria por Área de Gestão

RAv – Relatório de Avaliação da AEPG

RGF – Relatório de Gestão Fiscal

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SFC – Secretaria Federal de Controle Interno

TCE - Tomadas de Contas Especiais

TCU – Tribunal de Contas da União

UCI – Unidade de Controle Interno

UPAG – Unidade Pagadora

Sumário

Lista de abreviações/Siglas	3
1. Finalidade e Competências Institucionais.....	6
2. Organograma Funcional da SFC.....	7
3. O Plano Operacional de 2015	8
4. Resumo do conteúdo	8
5. Principais Resultados.....	8
Anexo I	24
Definição das linhas de ação e atividades para o Plano Operacional 2015.....	24
Anexo II.....	27
Secretaria Federal de Controle Interno (SFC).....	27
Anexo III	29
Consolidado das Controladorias Regionais.....	29
Anexo IV	30
1. Diretoria de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle (DC)	30
1.1 Coordenação-Geral de Técnicas e Procedimentos (CGTEP).....	31
1.2 Coordenação Geral de Prospecção e Inovação (CGPRI)	32
1.3 Coordenação Geral de Auditoria de Recursos Externos e Gestão da Qualidade (CGREQ)	33
1.4 Coordenação Geral de Planejamento, Avaliação e Monitoramento (CGPLAM).....	34
2. Diretoria de Auditoria da Área Econômica (DE).....	35
2.1 Coordenação-Geral de Auditoria da Área Fazendária (CGFAZ)	36
2.2 Coordenação-Geral de Auditoria da Área Financeira (CGFIN)	37
2.3 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Planejamento, Orçamento e Gestão (CGPOG).....	38
2.4 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento, Indústria e comércio Exterior (CGDIC).....	39
2.5 Coordenação-Geral de Contas de Governo (CGCON)	40
3. Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura (DI)	41
3.1 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Comunicações (CGCOM).....	42
3.2 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Minas e Energia (CGENE).....	43
3.3 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Integração Nacional (CGINTE).....	44
3.4 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Transportes (CGTRA)	45
3.5 Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Cidades (CGURB)	46
4. Diretoria de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho (DP).....	47
4.1 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Trabalho e Emprego (CGTEM).....	48
4.2 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Serviços Sociais (CGSES)	49
4.3 Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial (CGPTCE).....	50
4.4 Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Previdência (CGPREV)	51
4.5 Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento Social (CGDES)	52
5. Diretoria de Auditoria das Áreas de Produção e Meio Ambiente (DR)	53
5.1 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CGAGR)	54
5.2 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento Agrário (CGDAG)	55

5.3	Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Turismo e de Esporte (CGTES)	56
5.4	Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Cultura (CGCULT)	57
5.5	Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Meio Ambiente (CGAMB)	58
6.	Diretoria de Auditoria da Área Social (DS)	59
6.1	Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Justiça e Segurança Pública (CGSEG)	60
6.2	Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Saúde (CGSAU)	61
6.3	Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Educação (CGEDUB)	62
6.4	Coordenação-Geral de Auditoria da Área da Educação Superior (CGEDUS)	63
6.5	Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Ciência e Tecnologia (CGCIT)	64
7.	Gabinete da SFC	65
7.1	Núcleo de Coordenação de Auditoria de Obras e Serviços (GSNOB)	66
7.2	Núcleo de Coordenação de Auditoria de TI (GSNTI)	67
	Anexo V	68
1.	Controladoria Regional da União no Estado do Acre	68
2.	Controladoria Regional da União no Estado de Alagoas	69
3.	Controladoria Regional da União no Estado do Amazonas	70
4.	Controladoria Regional da União no Estado do Amapá	71
5.	Controladoria Regional do Estado da Bahia	72
6.	Controladoria Regional do Estado do Ceará	73
7.	Controladoria Regional do Estado do Espírito Santo	74
8.	Controladoria Regional do Estado de Goiás	75
9.	Controladoria Regional do Estado do Maranhão	76
10.	Controladoria Regional do Estado de Minas Gerais	77
11.	Controladoria Regional do Estado do Mato Grosso do Sul	78
12.	Controladoria Regional do Estado do Mato Grosso	79
13.	Controladoria Regional do Estado do Pará	80
14.	Controladoria Regional do Estado da Paraíba	81
15.	Controladoria Regional do Estado de Pernambuco	82
16.	Controladoria Regional do Estado do Piauí	83
17.	Controladoria Regional do Estado do Paraná	84
18.	Controladoria Regional do Estado do Rio de Janeiro	85
19.	Controladoria Regional do Estado do Rio Grande do Norte	86
20.	Controladoria Regional no Estado de Rondônia	87
21.	Controladoria Regional do Estado de RR	88
22.	Controladoria Regional do Estado do Rio Grande do Sul	89
23.	Controladoria Regional do Estado de Santa Catarina	90
24.	Controladoria Regional do Estado de Sergipe	91
25.	Controladoria Regional do Estado de São Paulo	92
26.	Controladoria Regional no Estado do Tocantins	93

1. Finalidade e Competências Institucionais

O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle foi criado em 12 de maio de 2016 pela Medida Provisória 726/2016 e assumiu as competências da Controladoria-Geral da União – CGU como órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente ao Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria, que são exercidas pelas Secretarias finalísticas, como apresentado na Figura 1.

Além disso, como Órgão Central, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle exerce a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e o Sistema de Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a orientação normativa necessária.

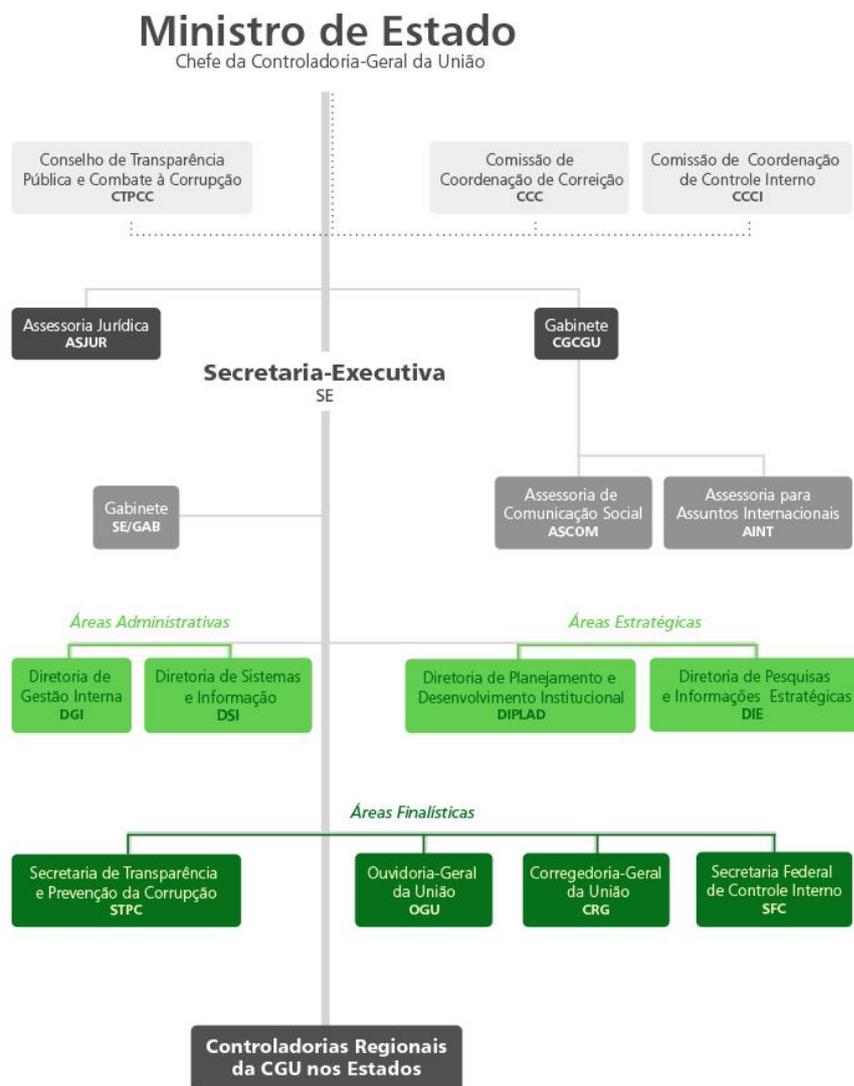


Figura 1 - Estrutura Organizacional

2. Organograma Funcional da SFC

A Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) exerce as atividades de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Nesta condição, realiza auditorias e fiscalizações com o fulcro de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e os atos e fatos da gestão pública federal, no âmbito do Poder Executivo.

A SFC está estruturada em gabinete do Secretário, Secretaria Adjunta e três núcleos de assessoria técnica (Tecnologia da Informação, Obras e Operações Especiais), além de cinco Diretorias finalísticas e uma de planejamento e coordenação das ações de controle. As Diretorias estão relacionadas a grandes áreas temáticas (Infraestrutura, Social, Econômica, Produção, Previdência e Trabalho e Planejamento) e são organizadas em Coordenações-Gerais responsáveis diretamente pelo acompanhamento das pastas ministeriais. A Figura 2 apresenta a organização interna da SFC.

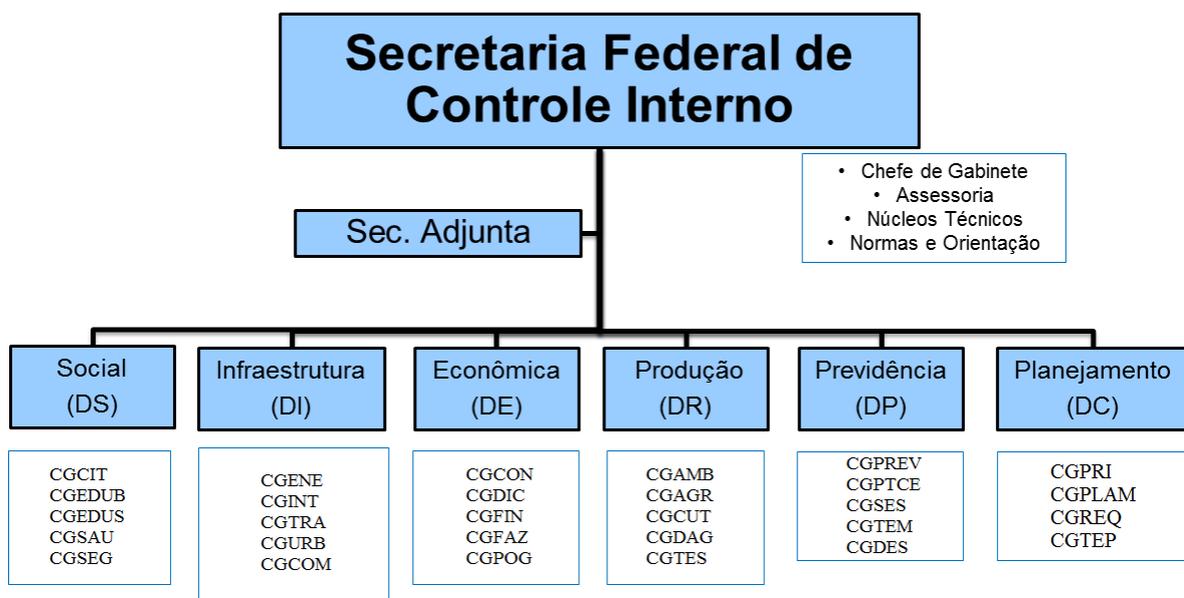


Figura 2 - Organização da Secretaria Federal de Controle Interno

As Controladorias Regionais da Controladoria-Geral da União (CGU-R) estão presentes nos 26 Estados da Federação e exercem as atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria em nível local, representando importantíssimos braços operacionais do Órgão Central na consecução da missão institucional do Ministério.

3. O Plano Operacional de 2015

O Plano Operacional 2015 contempla os produtos previstos e entregues no período de 01/08/2015 a 31/03/2016 e foi institucionalizado pela Portaria nº 2.222, de 03/09/2015, a qual define, em seu art. 2º, o relatório de avaliação da execução do Plano, que traz o desempenho das Unidades quanto à entrega dos produtos e alcance das metas estabelecidas.

4. Resumo do conteúdo

Em seu conteúdo, o relatório de avaliação exibirá os principais produtos entregues pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, relacionados ao Plano Operacional 2015, por área de atuação, e nos anexos trará as aferições e metas operacionais do Órgão Central e das Unidades Regionais.

As definições consideradas para metas e aferições das linhas de ação e atividades do Plano Operacional 2015 encontram-se detalhadas no anexo I.

Os critérios utilizados para a aferição dos resultados encontram-se detalhado no anexo II.

5. Principais Resultados

A partir das metas estabelecidas para o Plano Operacional 2015 do Ministério da Transparência Fiscalização e Controle, foram entregues pela Secretaria Federal de Controle 1.829 produtos de 2.461 previstos, sendo atingido um percentual de 74% de aferição, conforme detalhamento exposto no anexo III deste documento.

Cumpre informar os seguintes destaques de tais resultados:

- a) Foram entregues mais de 2 Relatórios de Acompanhamento de Programas DE Governo por mês;
- b) Foram entregues mais de 1 Relatório de Avaliação de Programas de Governo por mês, somando-se 11 no total;
- c) Foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União, em média, 2 processos de Auditoria Anual de Contas por dia útil, gerando a média de 40 processos de Auditoria Anual de Contas por mês;
- d) Foram gerados, em média, 15 relatórios de Avaliação dos Resultados da Gestão por mês;
- e) Foram homologadas, em média, 27 ordens de serviço relativas a demandas externas por mês;

- f) Foram gerados, em média, 26 relatórios de acompanhamento da gestão por mês;
- g) No geral, foram mais de 10 produtos entregues por dia útil, gerando a média de 228 por mês.

A atuação do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle durante o período avaliado teve grande efetividade para diversas áreas, podendo ser destacadas algumas entregas, conforme exposto abaixo, por Função de Governo:

Agricultura

Houve avaliação dos controles internos aplicados ao Sistema Informatizado de Registro da Atividade Pesqueira (SisRGP), buscando verificar a efetividade do cumprimento da legislação vigente no que tange a emissão do Registro de Pescador Profissional. A partir dessa, foram identificadas fragilidades que elevavam o risco de segurança das informações transacionadas no sistema, como: falhas de especificação e implementação; ocorrência de intervenções diretas de funcionários terceirizados na base de dados do sistema; deferimentos de registro de pescador profissional realizados por funcionários terceirizados, em descumprimento ao regulamento aplicável; ocorrência de acessos simultâneos de usuários do sistema em computadores distintos, o que indica a possibilidade de compartilhamento de senhas de acesso; e fragilidades de segurança na construção dos perfis de acesso, permitindo a realização de ações por usuários que não possuem permissão.

Ciência e Tecnologia

Foi realizada auditoria nos macroprocessos de avaliação e monitoramento da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI e do PPA 2012/15.

Foi proposto Aviso ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Informação com recomendações de fomento à transparência por meio da divulgação dos dados das Organizações Sociais no Portal da Transparência.

Comunicações

Em 2015, deu-se início ao trabalho de avaliação da execução do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga - REPNBL-Redes, que se destina a estimular investimentos nos serviços de telecomunicações por meio da desoneração de tributos federais - suspensão do IPI, PIS/Pasep e Cofins na aquisição de equipamentos e componentes de redes, materiais de infraestrutura e serviços associados a obras civis.

As avaliações realizadas permitiram identificar que não houve o diagnóstico prévio detalhado do cenário que se pretendia alterar por meio da política, nem estudo específico das fragilidades presentes no setor de telecomunicações, objeto da ação estatal. Verificaram-se, ainda, falhas nos quesitos de contrapartida regional, definidos com o objetivo de promover a redução das desigualdades de infraestrutura de telecomunicações e a real massificação do acesso à banda larga. A partir das avaliações e recomendações elaboradas, será possível a melhoria do processo de

avaliação de projetos de telecomunicações que serão beneficiados com o Regime Especial de Tributação.

A avaliação da gestão do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL permitiu verificar que a existência de normativos internos, definindo critérios, regras e prazos para submissão e aprovação dos Planos de Aplicação dos Recursos dos agentes financeiros e da Fundação CPqD, constitui aspecto positivo da gestão do Fundo. Além disso, a elaboração de Relatórios de Acompanhamento, de Execução Físico-financeira e de apuração de indicadores configuram medidas que vão ao encontro das boas práticas gerenciais.

Por outro lado, pôde-se observar que os processos de submissão e aprovação dos Planos de Aplicação de Recursos necessitam de melhorias no intuito de torná-los mais claros e transparentes a todas as pessoas a que se destinam. No âmbito do acompanhamento e fiscalização dos programas, projetos e atividades apoiados com recursos do Fundo, a ausência de deliberação conclusiva do Conselho Gestor sobre o conteúdo dos Relatórios de Acompanhamento e de Prestação de Contas constitui fragilidade na gestão. Assim, as recomendações acordadas com o gestor têm a finalidade de conferir maior transparência e fortalecer os controles internos relacionados à fiscalização da aplicação dos recursos.

Realizou-se a avaliação do grau de maturidade das políticas e medidas de integridade na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com o intuito de prevenir, detectar, interromper e remediar casos de desvios, fraudes e corrupção. O objetivo foi reconhecer boas práticas, incentivar a adoção de medidas de integridade pela Empresa e promover ações voltadas à prevenção da corrupção.

Conforme verificado nos trabalhos de auditoria realizados, a ECT não conta com um Programa de Integridade formalmente constituído e aprovado pela Alta Administração. Atualmente, a empresa possui políticas ou medidas que visam a mitigar a ocorrência de irregularidade, desvios ou casos de corrupção, mas de maneira esparsa e não consolidada. As atividades não são realizadas de modo integrado e não seguem uma sistemática definida, o que dificulta uma avaliação gerencial pela alta administração sobre a integridade da empresa.

A partir dos testes e apontamentos feitos pela CGU, foi recomendado à ECT a definição de um plano de ações para adoção de medidas de integridade sob as óticas da existência, qualidade e efetividade. Conforme manifestação do gestor, providências para atendimento de algumas propostas de melhoria foram planejadas, tendo sido estabelecido um cronograma para seu atendimento. Medidas mais estruturantes dependem do estabelecimento do Sistema de Controle Interno, com a implantação do Departamento de Compliance e Gestão de Riscos, que será responsável pelo Programa de Integridade. Após o desenvolvimento dessas ações serão concretizadas as demais sugestões de melhoria.

Desenvolvimento Social

Em relação à Assistência Social, destaca-se a avaliação sobre a gestão dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. O Relatório de Avaliação da Execução de Programa de Governo sobre os serviços de proteção social básica ratifica os baixos índices de atendimento (13% dos CRAS atenderam aos padrões do SUAS, considerando o conjunto dos quesitos estabelecidos) estabelecido pelo padrão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e conclui que os controles da

Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS estão, em geral, estruturados no sentido de mitigar as desconformidades existentes.

Nesse sentido, no tocante às condições de funcionamento dos CRAS frente ao padrão pactuado nacionalmente, apurou-se que não foram alcançados os parâmetros evolutivos prescritos dentro da expectativa estabelecida na Resolução CIT nº 05/2010. É possível inferir, com 95% de confiança e 10% de margem de erro, que no máximo 18% (112) das 6202 unidades de CRAS dos Grandes Municípios do país atenderam ao padrão do SUAS fixado para a Meta de Desenvolvimento dos CRAS 2011/2012. Por outro lado, de forma geral, as análises evidenciaram que os controles da SNAS para mitigar as falhas existentes estão estruturados e em funcionamento. Dos 34 quesitos analisados, 17 ou 50% receberam uma avaliação positiva e 13 ou 38% receberam uma avaliação positiva com ressalvas. Ressalta-se, contudo, que foram identificadas deficiências em 4 quesitos analisados (12%), os quais requerem atenção da Unidade em função dos riscos associados.

Foram efetuadas recomendações para mitigação de fragilidades identificadas, que estão sendo monitoradas pela CGU. Dentre as recomendações já implementadas incluem-se a criação de indicador para medição da tempestividade de prestações de contas dos municípios e o incremento da transparência dos pareceres elaborados pelos Conselhos de Assistência Social.

A avaliação abrangeu a atuação das três esferas governamentais: nos municípios e no DF, analisou-se a gestão financeira dos recursos fundo a fundo e foram fiscalizadas as condições de funcionamento dos CRAS frente ao padrão pactuado nacionalmente; no âmbito estadual, foi verificado o apoio prestado aos entes municipais para superar as desconformidades dos CRAS ante aos padrões prescritos; e na gestão federal foram avaliados os controles da execução nacional da Ação, utilizando como referencial o COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras).

Educação

No âmbito das Avaliações de Resultados da Gestão realizadas em Universidades Federais, foram auditados os temas Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e Relacionamento entre Universidades e Fundações de Apoio. Nas auditorias do PNAES, foram identificadas situações de não atingimento dos objetivos do programa, com irregularidades na utilização dos recursos alocados para a política. Em relação às auditorias sobre relacionamento das Universidades com Fundações de Apoio, constatou-se que os controles internos implementados são insuficientes.

Ainda em relação às Avaliações de Resultados da Gestão, destacou-se o trabalho realizado sobre a Política de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), onde constatou-se a intempestividade na análise dos processos de certificação, insuficiência das atividades de monitoramento e supervisão, bem como inoperância do sistema utilizado para gestão da Política.

Sobre as Auditorias de Contas, destacou-se a auditoria no FIES, que teve foco nas análises do macroprocesso de concessões de financiamentos estudantis, tendo sido expressiva a diferença entre a dotação inicialmente autorizada na Lei Orçamentária Anual, de R\$ 1,64 bilhão, e a dotação final após os ajustes de créditos adicionais, de R\$ 12,3 bilhões; carência de indicadores e metas de desempenho; e inexistência de estudos visando à avaliação de riscos associados à inadimplência dos

beneficiários e à potencial insolvência do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC. Destaca-se, ainda, a auditoria de contas realizada na CAPES, onde foi identificado o acúmulo indevido de 7.477 bolsas concedidas no âmbito da CAPES e FNDE.

Foram emitidos Relatórios de Avaliação sobre: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Censo Escolar.

Integração

No âmbito da Defesa Civil, foram realizadas fiscalizações em ações de reconstrução de infraestrutura em 8 municípios no estado de Minas Gerais, em 5 municípios no estado do Espírito Santo, em 7 municípios no estado de Santa Catarina e em 1 município no estado do Paraná. Dentre os resultados das fiscalizações realizadas, embora aspectos de contratação tenham sido adequados, observaram-se que fragilidades em projetos e deficiência das administrações municipais com relação ao acompanhamento da execução das obras que resultaram na frequente condução de obras em desacordo com o projeto, na falta de documentos, em projetos incompletos, na realização de obras intempestivas, além de casos de superfaturamento.

No âmbito de Recursos Hídricos, foi avaliada a 1ª etapa do Programa Água para Todos, no que tange à aquisição e instalação de 60 mil cisternas de polietileno, adquiridas pela Codevasf no âmbito da ação orçamentária “Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água – 12QC”. Os resultados das fiscalizações indicam que o programa está atingindo boa parte de seus objetivos, uma vez que 87,3% dos beneficiários visitados estavam com as cisternas instaladas e abastecidas com água no momento da visita. Apesar da inobservância dos critérios de elegibilidade em casos pontuais, os resultados também indicam que, de modo geral, a ação atende ao seu público alvo. Entretanto, observaram-se alguns pontos que podem comprometer a efetividade em médio e em longo prazo, além de apresentarem risco em relação à economicidade das ações desenvolvidas.

Neste tema, foi iniciada avaliação sistemática sobre a atuação da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e da Codevasf quanto as providências preliminares visando a Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, denominada pré-operação. Com a execução das primeiras ordens de serviço, pôde-se concluir que o planejamento da Operação e Manutenção possui fragilidades por causa da imprevisão das datas de conclusão dos trechos/obras/equipamentos, bem como devido à deficiência de encaminhamento de informações relevantes de projeto. Além disso, foi constatada a falta de estrutura adequada, tanto na Secretaria quanto na Codevasf, para atendimento de suas atribuições legais, bem como baixa funcionalidade do Conselho Gestor, instância de deliberação dos agentes responsáveis pelo empreendimento. Em função da atuação da CGU, observou-se a retomada das reuniões do Conselho Gestor e adoção de providências com vistas à reavaliação dos cronogramas de entrega das obras e à solicitação, junto ao DEST/MP, de readequação da estrutura da Codevasf.

Foram realizadas, ainda, ações de controle nas obras associadas/complementares do PISF. Dentre os resultados, destaca-se a otimização técnica/orçamentária e consequente ajuste no contrato das obras da Adutora do Agreste Pernambucano (lote 1), que se desdobrou em economia imediata ao Erário.

No âmbito de Encargos Especiais, foi avaliada de forma sistemática a atuação das instituições financeiras (BNB, BASA e BB) operadoras de crédito do FNE, FNO e FCO no que diz respeito aos financiamentos concedidos aos pequenos e médios empreendedores para os projetos voltados para a Copa do Mundo de 2014. Concluiu-se que a concessão de financiamentos com recursos dos Fundos contribuiu para fomentar o desenvolvimento econômico e social das regiões, mediante a ampliação e modernização do parque hoteleiro e de atrativos turísticos nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Entretanto, constataram-se fragilidades na administração dos recursos do fundo, como, por exemplo, a morosidade na aprovação das concessões de financiamentos e na liberação dos recursos, fragilidades no processo de avaliação dos custos do empreendimento e na comparação destes custos com os preços praticados no mercado.

Meio Ambiente

Avaliou-se a implementação do Cadastro Ambiental Rural – CAR, que é um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais e que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente – APP, das áreas de Reserva Legal - RL, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Além dos trabalhos realizados no Ministério do Meio Ambiente - MMA foram encaminhados questionários aos Órgão Estaduais Ambientais – OEMA com objetivo de mapear os principais obstáculos para o alcance da meta de inscrição de cem por cento das propriedades e posses rurais do país.

Além disso foi realizada a avaliação da gestão da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ) – órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) – por meio da verificação do grau de atingimento das metas do PPA 2012-2015 e do Planejamento Estratégico do MMA. Por meio dessa avaliação, concluiu que a SMCQ tem cumprido satisfatoriamente com as suas atribuições finalísticas tanto no âmbito do PPA 2012-2015 quanto no âmbito do Planejamento Estratégico do MMA, mas que há falhas no modelo de governança atualmente estabelecido para a Política Nacional sobre Mudança do Clima, no âmbito da qual a SMCQ possui um papel central de articulação e coordenação.

Previdência Social

Avaliou-se a execução, pelo Instituto Nacional do Seguro social - INSS, da Ação de Governo 009W – Compensação Previdenciária - Comprev, realizada entre 2015 a 2016, sendo identificada pela CGU a existência de 1,9 milhão de benefício classificados como candidatos a compensação que estavam pendentes de análise pelo INSS. No entanto, estima-se que apenas 4% desses benefícios são efetivamente elegíveis à compensação. A grande maioria está indevidamente no sistema Comprev aguardando análise por parte do INSS. A grande quantidade de benefícios indevidamente classificados como elegíveis à compensação gera um esforço inútil por parte das Agências da Previdência Social que já se encontram no limite da capacidade devido a outras atividades. No entanto, mesmo considerando a estimativa de benefícios efetivamente compensáveis, e assumindo que todos os requerimentos seriam deferidos pelos regimes de origem, o INSS deixa de compensar todos os anos o valor R\$ 449 milhões com os regimes próprios.

Constatou-se, ainda, que 57% dos requerimentos relacionados a benefícios em manutenção foram indeferidos pelos regimes próprios. A principal causa para o percentual elevado de indeferimento é a baixa qualidade dos requerimentos realizados pelo INSS. Estima-se que 95,5% dos requerimentos indeferidos foram devido a problemas relacionados à forma do requerimento, como ausência de documentação ou a baixa qualidade das imagens inseridas no sistema. Além do elevado percentual de requerimentos indeferidos, os mesmos passam um longo período sem revisão. Em janeiro de 2015, pelo menos 80% dos 37 mil requerimentos indeferidos associados à benefícios em manutenção, foram indeferidos há mais de cinco anos. Estima-se que o INSS deixa de economizar R\$ 236 milhões anuais sem a revisão dos requerimentos indeferidos.

Avaliou-se, ainda, a avaliação da execução, pelo INSS, das Ações de Governo relativas ao pagamento de benefício de Auxílio-Doença. A CGU, em conjunto com a Auditoria Geral do INSS, realizou, entre janeiro a dezembro de 2015, ações de controle, cruzamento de base de dados do INSS e auditorias em 57 Gerências Executivas/GEX, nas quais foram analisados aspectos relacionados à celeridade no atendimento ao segurado e à confiabilidade do processo de concessão de benefícios.

Nesse contexto, ao ser avaliada a adequabilidade na disponibilidade de perícias médicas em relação à capacidade operacional da entidade, verificou-se que, do total de 2.560 Peritos Médicos da Previdência (PMP) lotados nas 57 gerências auditadas, 1.935 (76%) estão alocados no atendimento do agendamento do exame médico-pericial e o restante 615 (24%) realiza atividades complementares à agenda ou de supervisão. Constatou-se, ainda, que 13% da capacidade médico pericial do INSS alocada em atendimento não foi disponibilizada aos segurados e nem comprovada a programação do PMP em outra atividade.

Quanto ao aspecto de confiabilidade na concessão dos benefícios, constatou-se um passivo significativo de benefícios que permanecem em manutenção por um período superior ao estimado como necessário para recuperação da capacidade laboral dos segurados. No mês de maio de 2015 foram pagos R\$ 1,8 bilhão a 1,6 milhões de beneficiários e desses:

- 721 mil benefícios estavam em manutenção há mais de dois anos
- 2,6 mil benefícios foram pagos a segurados diagnosticados com doenças que, em tese, não geram incapacidade.
- 77 mil benefícios foram pagos a segurados diagnosticados com doenças que, em tese, o prazo de retorno é inferior a quinze dias.
- 500 mil benefícios, o equivalente a R\$ 536 milhões, foram concedidos/reactivados judicialmente e estavam na situação em que a perícia foi realizada há mais de dois anos ou o mesmo foi concedido sem perícia médica. O que corresponde ao valor de R\$ 6,9 bilhões no período de um ano.

Saneamento

Avaliou-se o Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, composto pelas seguintes ações de governo: abastecimento de água, esgotamento sanitário ambos em municípios com mais de 50.000 habitantes e ação de saneamento integrado. O Programa prevê a realização de obras por meio da transferência de recursos do Governo Federal para entes da federação (Estados, Distrito Federal, Municípios,

Órgãos Públicos Gestores e os Consórcios Intermunicipais) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

O resultado das fiscalizações demonstrou que os principais problemas se referem a atrasos no início da execução e paralisação, além da ocorrência de falhas na execução das obras, sobrepreço e superfaturamento. A atuação dos envolvidos tem impactado a execução das ações pela fragilidade no acompanhamento e monitoramento dos empreendimentos, do planejamento à execução.

Como resultado da avaliação, o Ministério das Cidades intensificou o acompanhamento sistematizado das operações selecionadas e contratadas e passou a adotar em suas contratações uma maior preocupação com o estágio de elaboração dos projetos.

Saúde

Foi realizada Avaliação dos Resultados da Gestão sobre registro de medicamentos genéricos pela Anvisa que permitiu analisar a política de gestão de riscos daquela Agência para regular um mercado de cerca de 25 bilhões de reais.

Houve desenvolvimento de estratégia de avaliação sobre os recursos aplicados para o combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, sendo parte dos trabalhos executados no âmbito do Programa de Fiscalização em Entes Federativos.

Foi emitido Relatório de Avaliação sobre a Política de Gestão Municipal, que traz resultados relevantes sobre a qualidade do monitoramento e da gestão dos recursos do SUS pelo Ministérios da Saúde e também pelos entes federados.

Segurança

Foram emitidos Relatórios de Acompanhamento de Políticas Públicas sobre: a Demarcação de Terras Indígenas (FUNAI) e o Apoio ao Sistema Penitenciário (DEPEN), com recomendações estruturantes relevantes para tais políticas públicas.

Sistema S

Foram realizadas auditorias nos projetos do Ginásio do SESI/DF, com valor de R\$ 636.062,28, e a obra a ser executada com recursos que serão captados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006), totaliza R\$10.884.109,76. A construção tem área estimada de 4.348,00m².

Foram identificadas deficiências na gestão e na fiscalização do contrato.

Principais Fatos Encontrados:

- Projeto básico e executivo com elementos técnicos insuficientes para a execução da obra, em desacordo com dispositivos contratuais e normas técnicas vigentes, visto que:

- Os desenhos técnicos de arquitetura, de estrutura e de instalações e as especificações técnicas estão incompletos, sendo insuficientes para a execução da obra.

- A planilha orçamentária é deficiente, visto que apresenta (i) serviços e composições de preços unitários divergentes em relação aos desenhos técnicos, (ii) quantitativos não passíveis de mensuração e/ou de localização, (iii) serviços cujos preços unitários não representam o preço de mercado para sua execução, visto que foram obtidos por meio de cotação deficiente, e (iv) aquisição de equipamentos com a incidência indevida da taxa de BDI de 23,44%.

- Pagamento antecipado de R\$110.051,56 sem a devida contraprestação dos serviços.

- Deficiências no projeto cadastrado junto ao Ministério do Esporte que comprometem a captação de recursos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006):

- Divergência entre o valor do orçamento para execução das obras e o cadastrado no ME;

- Oneração da captação de recursos, no valor de R\$1.486.921,67, pela inserção indevida de remuneração de projeto de arquitetura e da contratação de serviços de terceiros; e

- Divergência entre o valor do orçamento cadastrado, R\$12.819.106,34, e o valor autorizado para captação pelo ME, R\$12.419.884,80.

Recomendou-se:

- Exigir da contratada a entrega dos projetos do Ginásio da unidade operacional do Gama do SESI/DF, contendo os elementos necessários e suficientes para a licitação e a execução da obra, em conformidade com as especificações técnicas.

- Exigir da contratada a apresentação de forma separada das peças técnicas do Ginásio e do Auditório da unidade operacional do Gama do SESI/DF, de forma a evidenciar os serviços que serão executados com os recursos a serem captados ao amparo da Lei de Incentivo ao Esporte, visto que o Ministério do Esporte não aprovou a execução do Auditório.

- Não iniciar a licitação/execução das obras até a completa revisão do projeto, compatibilização das peças técnicas e identificação dos serviços que serão remunerados com o recurso captado por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, visando evitar a caracterização de gestão temerária ensejadora de prejuízos à entidade em função de decisões desprovidas das cautelas que seriam necessárias ou razoáveis.

O Gestor reconheceu as fragilidades identificadas e informou que indicará as providências após o recebimento do relatório final.

Avaliou-se, ainda, o Pronatec Bolsa-Formação representa a principal ação de governo para promoção, democratização e ampliação do número de vagas gratuitas em Cursos Técnicos de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada. Foram identificadas oportunidades de melhoria e aperfeiçoamento do Programa, notadamente no que tange a ocorrência de fragilidades nos procedimentos de realização e contabilização de matrículas, comprometendo o atendimento das condicionalidades preestabelecidas nos normativos que regulam o programa.

Os resultados demonstraram fragilidades nos controles internos das Entidades, com a matrícula de beneficiários fora das condicionalidades do Programa e o registro de dados desatualizados no SISTEC/MEC, programa utilizado como base para a validação dos pagamentos realizados aos Parceiros Ofertantes.

Para otimizar a aplicação dos recursos quanto aos aspectos da eficácia e eficiência do Pronatec Bolsa-Formação, demonstra-se necessária a adoção de providências pelas Entidades do Sistema S e pela SETEC/MEC, especialmente quanto ao ressarcimento e/ou repactuação de recursos junto à União e adequação dos controles e dos procedimentos que garantam o atendimento às condicionalidades para participação no Pronatec Bolsa-Formação no momento da confirmação da matrícula.

Na área de gestão de pessoas, avaliou-se o pagamento de remuneração variável a título de Prêmio por Tempo de Serviço Prestado, sem base no desempenho das pessoas, produtividade, e atingimento de objetivos e metas

Embora o custo da reintrodução do “Prêmio por Serviços Prestados ao SESI/DF” seja mensurável ao longo dos anos, ou pelo menos, estimado com alguma precisão, o mesmo não ocorre com benefícios advindos desta ação. A entidade não estipulou indicadores objetivos de produtividade, desempenho ou metas institucionais para a concessão do prêmio. Desta forma, entende-se que a premiação tem benefícios inócuos ou de limitada mensuração, embora cara aos cofres da entidade.

Apesar do elevado custo, a reintrodução do prêmio por tempo de serviço não afasta a necessidade de aplicação de outras políticas de gestão de recursos humanos que, tradicionalmente, são caras aos empregadores, como a implantação de um Plano de Cargos e Salários e da Política de Remuneração (PCS). O PCS é uma demanda clara dos trabalhadores do SESI, previsto nos Acordos Coletivos de Trabalho de 2014 e de 2013 e ainda não implantado. Enquanto isso, a premiação por tempo de serviço não consta como objeto de pleito explicitado nos Acordos Coletivos de Trabalho firmados pela entidade.

A violação da Lei 10.101/2000 decorre da constatação de que ocorre alteração do resultado patrimonial, com redução do superávit pelo pagamento de tais gratificações extra salariais. Tais pagamentos assumem características de distribuição de lucros, mas contabilmente lançados como despesas. De qualquer forma, impacta igualmente o resultado da entidade.

Recomendou-se

a) Reavaliar a viabilidade da manutenção do Prêmio por Serviços Prestados ao SESI/DF, levando-se em consideração: (i) os impactos financeiros de curto, médio e longo prazos; (ii) a geração de novos passivos trabalhistas, sujeitos a judicialização; (iii) incapacidade de mensuração dos benefícios alcançados pela entidade com tal gratificação.

b) Abster de conceder gratificações e premiações com base em seu superávit orçamentário, bem como sem base no desempenho das pessoas, produtividade e atingimento de objetivos e metas.

Auditou-se, por fim os Gastos com Pessoal e Encargos Sociais acima da receita de Contribuição Compulsória; desequilíbrio entre as despesas de pessoal das áreas meio e fim da Entidade; gastos relevantes com cargos e funções de confiança em relação às despesas totais com pessoal sem o devido estudo quanto à suficiência da força de trabalho da Entidade.

Verificou-se um elevado gasto com as despesas relativas a cargos e funções comissionados, que atingiram R\$ 10.452.719,32 no exercício de 2014, ou cerca de 19% do total gasto com Pessoal e Encargos Sociais. Considerando-se a situação deficitária da entidade, é recomendável ao gestor racionalizar os gastos com cargos e funções comissionados dentro do estritamente necessário para o atendimento das funções sociais do SESI e a capacidade financeira da entidade.

Conforme manifestação encaminhada, a entidade não dispõe de normativos que estabeleçam quantitativos de cargos e funções comissionadas, e tampouco estudos de dimensionamento da força de trabalho. A ausência destes estudos, combinado à falta de normatização dos quantitativos de cargos e funções de confiança conferem caráter ad hoc à gestão de recursos humanos. O reflexo financeiro decorrente foi um aumento de R\$ 11.816.890,65 nas despesas com Pessoal e Encargos Financeiros, dos quais cerca R\$ 5.985.512,00 não puderam ser classificados como aumento salarial ou de incremento de números de empregados.

Recomendou-se:

- a) Elaborar estudo planejando uma nova política de recursos humanos para a entidade, buscando eficiência e economicidade na aplicação dos recursos da Contribuição Compulsória para o atingimento das metas de assistência social da entidade;
- b) Elaborar normativo definindo o quantitativo adequado de empregados em cada área e em cada unidade do SESI-DR/DF, baseado em estudo especializado, conduzido com enfoque ao atendimento das funções sociais da entidade de assistência à saúde e educação do trabalhador da indústria;
- c) Elaborar normativo definindo o quantitativo máximo de cargos e funções de confiança empregados em cada área e em cada unidade do SESI-DR/DF, baseado em estudo especializado, conduzido com enfoque ao atendimento das funções sociais da entidade de assistência à saúde e educação do trabalhador da indústria.

Tecnologia da Informação

Foram analisadas 17 contratações de desenvolvimento e manutenção de software realizadas por 12 unidades do Poder Executivo Federal. Dentre os problemas encontrados, verificou-se a adoção de forma de remuneração não vinculada a entrega de produtos e resultados, prestação de serviços incompatíveis com o objeto do contrato, uso indevido da métrica de análise de pontos de função e problemas na aferição e ateste dos serviços prestados.

Além dos resultados individuais das auditorias, foi elaborado relatório consolidado de auditoria por área de gestão, composto por recomendações estruturantes ao Ministério do Planejamento, tais como: a realização de melhorias no Roteiro de Métricas do SISP; a ampliação da oferta de capacitações em análise de pontos de função; a criação de modelos para mensuração e remuneração de serviços correlacionados a desenvolvimento e manutenção de softwares; e a emissão de orientações aos órgãos e entidades componentes do SISP. Pode-se citar como decorrentes desse trabalho a realização de capacitações de gestores e comandos consubstanciados na orientação intitulada Desenvolvimento e Manutenção de

Software, publicada em 06/05/2016, que deve ser seguida pelos órgãos do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia.

Foi desenvolvido Sistema de Monitoramento de Obras da CGU (Sismob), o qual consolida as informações sobre obras públicas, constantes em bases de dados de órgãos federais, para auxiliar o planejamento e a execução de ações de controle.

A etapa concluída unifica as informações dos sistemas SIAPF (CAIXA), SIMEC (MEC) e SIAC (DNIT), dispõe as informações das obras em painéis gerenciais que permitem a visualização por órgão ou localidade e permite a exportação dos dados em diversos formatos. Em etapa posterior, o sistema deverá agregar outros sistemas de obras de órgãos federais, implementar trilhas de auditoria e permitir comparativo dos preços dos insumos.

Trabalho e Emprego

Foi realizada avaliação sobre os pagamentos do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Formal, na qual detectou-se a concessão de tal seguro a requerentes que não faziam jus ao benefício e ocorrência de eventos de risco no Sistema Mais Emprego que indicam possíveis manipulações de dados e acessos indevidos.

A partir de tais constatações, recomendou-se a implementação de novas funcionalidades no sistema Mais Emprego e a adoção de providências com vistas ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, que já produziram os seguintes benefícios:

- Sistema de Gerenciamento de Acessos e Identidade (GERID) e implementação da funcionalidade “captcha”, instrumentos de controle que tornaram o processo de gestão dos acessos aos sistemas do Portal Mais Emprego mais seguro;
- Validação de dados dos requerentes do Seguro-Desemprego com bases de dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Cadastro Nacional de Informações Sociais das Pessoas Jurídicas (CNIS-PJ), mitigando o risco de pagamentos indevidos;
- Inserção no sistema Mais Emprego de restrições ao pagamento de benefícios do Seguro-Desemprego a requerentes que possuam vínculo com mais de oitenta mil CNPJ de órgãos ligados à Administração Pública Direta e Indireta, das esferas federal, estadual e municipal;
- Restituição ao Erário do montante de R\$ 2.065.744,96, relacionados a pagamentos indevidos do Seguro-Desemprego.

Além dos resultados já alcançados, espera-se a implementação de novas funcionalidades no sistema Mais Emprego voltadas à prevenção de pagamentos indevidos e adoção de providências com vistas ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, dentre as quais merecem destaque:

- Instauração de procedimentos administrativos com vistas a reaver os valores pagos indevidamente a servidores públicos federais, encaminhados aos órgãos públicos aos quais os beneficiários do Seguro-Desemprego estão vinculados;
- Conclusão pelo gestor da análise dos dados encaminhados pela CGU relativos a pagamentos indevidos do Seguro-Desemprego, totalizando um prejuízo potencial a ser recuperado da ordem de 32 milhões de reais.

Além disso, foi realizada avaliação sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – FGTS. Com base em avaliação do programa, focada nos impactos do programa sobre o déficit habitacional, na adequação dos financiamentos (construtoras e mutuários), nos aspectos construtivos das unidades habitacionais e áreas comuns e no nível de satisfação dos usuários, concluiu-se que:

- Alto nível de conformidade da concessão dos financiamentos com as regras do programa, não obstante a falta de 13% de licenciamento ambiental nos empreendimentos;
- Alto nível de conformidade dos empreendimentos com as especificações do projeto;
- Embora 49% das unidades tenham apresentado alguma falha construtiva ou de material, o nível de satisfação dos beneficiários supera 80%;
- Impacto do programa insuficiente para a redução do déficit, mas capaz de contribuir para que esse déficit não aumentasse, considerando o aumento populacional ao longo dos exercícios;
- Desequilíbrio entre as regiões do país na demanda por financiamento de casas do programa;
- Das unidades habitacionais, 17,8% foram destinadas para finalidades não previstas pelo programa (aluguel ou venda);
- Acompanhamento frágil pelo gestor federal, com transferência integral da competência fiscalizatória para os agentes financeiros.

Os gestores sinalizaram que adotarão algumas providências em relação às fragilidades apontadas na ação de controle, de modo que estão previstos os seguintes benefícios:

- Realização de estudos que diagnostique as causas pela baixa demanda de financiamento tradicionalmente observada em algumas regiões do país;
- Implementação de rotinas para o acompanhamento sistemático dos empreendimentos pelo gestor da aplicação;
- Aprimoramento das informações do Canal do FGTS para incrementar o acompanhamento das obras.

Por fim, foi realizada avaliação sobre Gestão Financeira e Orçamentária do FGTS, na qual identificou-se os seguintes problemas relevantes:

- Concessão indevida de descontos financeiros da habitação, no valor total superior a 106 milhões de reais, para 36.927 mutuários cujas rendas não se enquadravam nas regras dos valores das subvenções;
- Execução de despesas da ação 00CW (descontos financeiros da habitação) que extrapolaram em mais de R\$ 862 milhões (140,8%) o limite orçamentário previsto para a ação em 2014.

Diante das falhas listadas, foram recomendadas algumas providências, dentre as quais merecem destaque as seguintes:

- Implementação de procedimento operacional para que os Agentes Financeiros consultem sistemas governamentais com informações sobre as remunerações do proponente (exemplo: sistema de gestão dos recolhimentos mensais do FGTS), de forma que seja possível a validação da renda familiar do proponente no momento da concessão do financiamento;
- Ressarcimentos ao FGTS referentes às concessões indevidas de descontos financeiros da habitação;
- Adoção de providências junto à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com vistas a incorporar tanto no orçamento da

União quanto no SIAFI o montante de despesas realizadas que extrapolaram o limite autorizado em 2014 para a Ação 00CW.

De um modo geral, a implementação das recomendações do controle interno contribuirá para evitar concessões de descontos financeiros indevidos e proteger o patrimônio do fundo. No que diz respeito à extrapolação orçamentária de R\$ 862 milhões, espera-se que a solução seja encaminhada a partir da Medida Provisória nº 702/2015, que abriu crédito extraordinário em favor do Ministério do Trabalho e do Ministério das Cidades, entre outros órgãos, com vistas a quitar haveres da União.

Transporte

Foi emitido Relatório de Acompanhamento sobre a Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal), no qual pode-se concluir dos contratos fiscalizados que o Programa não está contemplado com consultoria de supervisão e a fiscalização do DNIT não dispõe de equipamentos de controle laboratorial, bem como equipamentos específicos para verificação da refletividade de faixas de tráfego e placas (retrorefletômetros), prejudicando o controle qualitativo dos serviços realizados. Verificou-se também que o DNIT ainda não dispõe de base própria de dados sobre levantamentos estatísticos de acidentes, estando impossibilitado de aferir a efetividade do programa.

Em face da situação de risco que o Programa está exposto, recomendou-se ao DNIT a aquisição dos equipamentos necessários à correta fiscalização dos serviços e a implementação de metodologia que permita aferir o reflexo dos serviços contratados visando a segurança dos usuários e buscar entendimentos junto à Polícia Rodoviária Federal com a finalidade de obter os dados estatísticos atualizados de acidentes de trânsito, inclusive acrescentando os trechos que atualmente se encontram sem cobertura.

Foi realizada Avaliação dos Resultados da Gestão sobre o Plano Nacional de Controle de Velocidade – PNCV, na qual foram observados aspectos positivos e negativos que contribuem ou não para o alcance da missão do DNIT. Sobre os aspectos positivos, cabe destacar os seguintes achados: a) aumento da segurança nas rodovias federais sob a jurisdição do DNIT, decorrente da implantação do Programa e também do efeito psicológico causado pela fiscalização eletrônica; b) redução, em média geral, no número de acidentes e no Índice de Severidade dos mesmos, com base em avaliação efetuada na área de influência dos dispositivos instalados, no período de seis meses antes e seis meses após a instalação dos mesmos; c) em face da inobservância dos limites de velocidade, os infratores, penalizados com a multa correspondente, geraram uma estimativa de receita para a União de R\$ 956.018.937,40, relativa às 8.694.458 Notificações de Autuação emitidas até 14/01/2015, a um valor médio de R\$ 109,57 cada. O valor efetivamente arrecadado até 10/04/2015 foi de R\$ 153.804.060,99.

Quanto aos aspectos negativos, os principais são: a) significativos atrasos na execução contratual e início da operacionalização efetiva do Programa, por diversos motivos, entre os quais a falta de um sistema apto a gerir todas as fases do processo de implantação, que contemplasse desde os estudos técnicos, a implantação dos equipamentos, o processamento das infrações, o controle de pagamento das infrações e, se fosse o caso, sua baixa no CADIN; b) precariedade da CGPERT/DNIT em termos de estrutura física e insuficiência de servidores, de fundamental importância para gestão dos programas com a qualidade requerida, de forma a

exercer os controles e fiscalização necessários sobre o processo e sobre as empresas contratadas, para garantir a qualidade dos serviços prestados pelas mesmas; c) baixa efetividade do Programa, em termos de penalização dos infratores, e, por consequência, de arrecadação da receita que poderia ter sido gerada, devido ao baixo índice de aproveitamento de imagens válidas, a partir dos registros de infrações entregues pelas operadoras, sendo este um dos principais problemas identificados na execução do PNCV; d) existência de dificuldades operacionais em fazer com que as Notificações expedidas cheguem aos destinatários, constatando-se que 27% delas são devolvidas ao DNIT; e e) possibilidade de prescrição de parte das Notificações emitidas desde 2012, tendo em vista que o DNIT ainda possui um estoque de notificações pendentes de publicação no DOU, para continuidade do ciclo de vida das mesmas, evitando sua prescrição.

No âmbito da Auditoria Anual de Contas da Valec, com base na metodologia desenvolvida pela CGU, avaliou-se as medidas de integridade da empresa sob as óticas da existência, qualidade e efetividade, com o objetivo de incentivar a adoção de medidas de integridade pelas empresas públicas e privadas, reconhecer boas práticas e promover ações voltadas à prevenção da corrupção. O resultado da auditoria realizada na Estatal, demonstrou que o nível de integridade e de governança corporativa da Empresa é baixo/básico

Em atendimento às recomendações da CGU, a Valec apresentou um projeto para a implementação de programa de integridade, que objetiva estabelecer um ambiente organizacional instituído de diretrizes, que possibilite a internalização de valores e princípios que preservem a empresa de possíveis impactos causados por mudanças conjunturais, criando relações internas e externas baseadas em boas práticas e procedimentos de integridade. Este programa foi concebido com a implantação de 64 iniciativas de integridade, sendo que algumas se encontram em andamento e outras serão iniciadas. Esta iniciativa se baseia nos dispositivos da Lei nº 12.846, de 2013, a denominada Lei Anticorrupção - LAC e visa também atender as recomendações da CGU, expressas por meio do Relatório Anual de Contas nº 201503649 - Exercício 2014. Na concepção deste programa foram considerados também o Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da CGU e o Referencial Básico de Governança Pública do Tribunal de Contas da União - TCU.

Urbanismo

Avaliou-se o Programa de Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários. A finalidade do Programa gerido pelo Ministério das Cidades e implementado mediante parceria com a CAIXA, é apoiar os estados e municípios na realização de empreendimentos que visam melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização, o que inclui a construção de habitações, de equipamentos públicos como creches, centros comunitários e postos de saúde, bem assim a construção de redes de esgoto, de água, drenagem e pavimentação. Além das obras, as ações do Programa contemplam, ainda, a promoção da participação popular e a regularização fundiária dos empreendimentos, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

Como resultado da avaliação, identificaram-se fragilidades nos processos internos da CAIXA e também dificuldades enfrentadas pelos entes federados na implementação do Programa, sobretudo devido às falhas na condução dos processos licitatórios e execução contratual, bem como a baixa qualidade de muitos dos

projetos examinados. Ainda como resultado da avaliação, de forma positiva verificou-se que foram pouco frequentes problemas relacionados ao licenciamento ambiental, à regularidade da área escolhida para os empreendimentos e, em geral, o Programa promoveu a participação popular nas áreas de intervenção.

A partir da avaliação, o Ministério das Cidades promoveu melhorias nos normativos visando aperfeiçoar a supervisão do Programa. Além disso, segue em monitoramento a resolução de falhas pontuais detectadas nas fiscalizações.

No âmbito do Programa Pró-Transporte PAC COPA/Mobilidade, avaliou-se empreendimentos de mobilidade urbana voltados para a realização da COPA do MUNDO FIFA/2014, constantes da Matriz de Responsabilidades, definidos entre o gestor federal e os intervenientes estaduais e municipais. Os Contratos de Financiamento eram formalizados entre o proponente e a Caixa Econômica Federal.

Dentre as principais achados de auditoria destacam-se i) problemas de integração entre as propostas selecionadas e o planejamento local e regional do transporte e da mobilidade urbana do ambiente ao qual está inserido; ausência de justificativas que demonstrassem que os empreendimentos tem funcionalidade operacional que permita atender à demanda de projeto; e iii) ausência de análise da viabilidade econômica-financeira e tarifária dos empreendimentos propostos de modo que fosse possível demonstrar que, durante a operação, há condições de demonstrar que existem recursos que permitem a cobertura para a adequada operacionalização do sistema proposto.

Como resultado, o Ministério das Cidades adotou medidas corretivas a partir das constatações emitidas pela CGU e o trabalho permitiu a retroalimentação das informações como base para elaboração novos normativos do Programa.

Avaliou-se, por fim, o tema Concessão de acessos ao Sistema Nacional de Registro de Veículos Automotores (Renavam) a órgãos e entidades públicas e privadas.

Como resultado da avaliação, identificaram-se falhas relacionadas às justificativas constantes dos projetos básicos submetidos ao Denatran, órgão gestor do Renavam. Os projetos básicos são insuficientes para demonstrar o interesse público, especialmente no que se refere à segurança e educação no trânsito, na utilização dos dados do Sistema Renavam.

Além disso, identificaram-se outras falhas, a saber: i) as normas de credenciamento para acesso aos dados do Renavam com a finalidade de registro de gravames restringe a competitividade em contradição a amplo e público chamamento; ii) houve acesso à base de dados do Renavam por organização sem cobertura contratual; iii) foram identificados casos de comercialização indevida de informações da base de dados; e iv) justificativas insuficientes para concessão de acesso ao Sistema.

Anexo I

Definição das linhas de ação e atividades para o Plano Operacional 2015

- Acompanhamento da Gestão – são as ações de controle que avaliam uma questão pontual na gestão dos administradores públicos federais ou na execução de determinada política pública. Para fins do Plano Operacional de 2015, aqui devem ser considerados os ARG Pontuais, estoque de OS Tipo 3 e de APG Temas Específicos, além de outros trabalhos de caráter pontual que não se encaixem nas demais linhas de atuação da SFC.
- Auditoria Anual de Contas (AAC) – visa a verificar as informações prestadas pelos administradores públicos federais, bem como analisar os atos e fatos da gestão, com vistas a instruir o processo de prestação de contas que subsidiará o julgamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Os documentos produzidos neste trabalho são: Relatório de Auditoria (resultados das ações de controle executadas), Certificado de Auditoria (emite opinião sobre a regularidade das contas dos responsáveis) e Parecer do Dirigente do Controle Interno (sintetiza o resultado da auditoria).
- Auditoria de Pessoal – existem três frentes de trabalho, assim definidas: i. análise da consistência da folha de pagamentos das unidades jurisdicionadas integrantes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE por meio de trilhas de auditoria criadas a partir desta base de dados, que permitem monitoramento sistemático e continuado; ii. emissão de pareceres sobre os processos de admissões de pessoal por concurso público, e sobre as concessões de aposentadorias e pensões civis dos servidores públicos federais do Poder Executivo Federal; iii. ações de controle para verificação do Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC.
- Auditorias Especiais – realização de ações de controle decorrentes de solicitações de autoridades dentro do próprio governo ou de decisão da própria CGU, tendo em conta as denúncias veiculadas na imprensa ou a avaliação de risco desenvolvida pelo órgão central de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- Auditoria Interna – visa a analisar a proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT para o ano subsequente, manifestando-se por meio de relatório de auditoria sobre o cumprimento das normas e orientações relacionadas à atuação das auditorias internas. Além disso, inclui as ações de controle voltadas para a avaliação da execução do PAINT do ano corrente e para a análise da atuação da auditoria interna.
- Auditoria por Área de Gestão (RAG) – visa a avaliar a eficácia e eficiência de áreas de gestão transversais, ou seja, aquelas presentes em grande parte dos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Federal. O produto deste trabalho é um Relatório de Avaliação por Área de Gestão – RAG que apresenta uma visão sistêmica da área de gestão avaliada, eventualmente proveniente da consolidação de ações de controle executadas previamente.

- Auditoria sobre a Integridade das Estatais - trata-se de ações de controle realizadas em empresas estatais, com o objetivo de avaliar a maturidade dos programas de integridade instituídos no âmbito da Empresa e promover o aprimoramento da integridade nas empresas estatais, com vistas a mitigar o risco de corrupção e fraudes, bem como aumentar a capacidade de detecção e remediação das irregularidades que venham a ocorrer.
- Avaliação da Execução de Programas de Governo (AEPG) – visa a avaliar a execução dos programas federais, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento. Na fase de planejamento da avaliação são elaborados dois documentos que norteiam o trabalho: pré-projeto e documentação básica. Tem como principais produtos o Relatório de Acompanhamento – RAc e o Relatório de Avaliação – RAv, documentos que consolidam os resultados das ações de controle executadas e apresentam um diagnóstico da política pública.
- Avaliação dos Resultados da Gestão (ARG) - consiste na avaliação da gestão de órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Federal por meio de um macroprocesso diretamente relacionado ao cumprimento da missão institucional da unidade avaliada. Inicialmente a CGU estuda o macroprocesso e elabora estratégia de avaliação - pré-projeto, o qual norteará a avaliação e desenvolvimento do Relatório de Auditoria.
- Demandas Externas (DE) – visa a apurar denúncias e atender a requisições de ações de controle e pedidos de informação acerca da aplicação de recursos públicos federais encaminhados à CGU por administradores públicos, representantes de entidades, cidadãos e outros. Os trabalhos são consolidados em Relatórios de Demandas Externas.
- Fiscalização em Entes Federativos (FEF) – consiste do Programa de Fiscalização em Entes Federativos (Estados e Municípios) e conta com duas formas de seleção de Entes e áreas a serem fiscalizadas: aleatória (sorteio) e análise de riscos e vulnerabilidades. Tem como produto relatórios de auditoria com diagnóstico da aplicação dos recursos públicos federais pelos Entes avaliados.
- Outros projetos/atividades: trabalhos realizados pela SFC que não se caracterizam por ser ações de controle e não possuem produtos padronizados.
- Plano de Providências Permanente – consiste da verificação do atendimento às recomendações emitidas pela Secretaria Federal de Controle Interno aos gestores federais no intuito de melhorar a gestão, assim como na avaliação da conveniência e oportunidade do passivo de recomendações, materializada no preenchimento do sistema Monitor. Para isso, as Unidades Jurisdicionadas devem, gradativamente, ser inseridas no sistema para que essa avaliação ocorra sem a necessidade de troca de expedientes.
- Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR) – a prestação de contas do Presidente da República está anualmente no Balanço Geral da União e mostra as principais ações e o orçamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, além dos investimentos das empresas estatais. Compete à CGU elaborar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

- Programa Capacita – promove orientação e capacitação dos Gestores de acordo com as necessidades e temas de interesse dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, que sejam relacionados à área de atuação do Controle Interno.
- Recursos Externos (REX) – visa a avaliação de desempenho e conformidade dos contratos de empréstimo e doação firmados com organismos internacionais de financiamento. Além disso, analisa os projetos de cooperação técnica internacional executados por órgãos e entidades da administração pública federal em parceria com organismos internacionais cooperantes.
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – visa a ratificar os dados constantes do RGF (consecução das metas fiscais e dos limites de pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito etc.) produzidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.
- Tomadas de Contas Especiais (TCE) – objetiva analisar e emitir o Relatório e Certificado de Auditoria sobre os processos de tomadas de contas especiais instaurados pelos órgãos do Poder Executivo Federal, manifestando-se sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas ou regulamentos eventualmente infringidos, a correta identificação do responsável e a precisa quantificação do dano e das parcelas eventualmente recolhidas.

Anexo II

Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta para o Órgão Central, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	SFC		
		Meta	Aferição	% de Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	6	5	83%
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAc emitidos	37	20	54%
	RAv Publicados	20	11	55%
	Documentações Básicas Elaboradas	8	6	75%
	Pré-Projetos Aprovados	11	4	36%
	Relatório Concluído	1	1	100%
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	323	323	100%
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	215	119	55%
	Pré-Projetos Elaborados	94	72	77%
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	409	207	51%
Auditoria por Área de Gestão - RAG	Relatórios Homologados	19	10	53%
Demandas Externas	Relatórios Homologados	371	214	58%
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	16	14	88%
Auditoria sobre a Integridade das Estatais	Relatórios Homologados	4	4	100%
Auditorias Especiais	Relatórios Homologados	19	1	5%
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	332	332	100%
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	123	101	82%
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	93%	93%
	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC	6	6	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	112	100	89%
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	89%	89%
Relatório de Gestão Fiscal - RGF	Aferição quadrimestral do RGF	2	2	100%
Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR	PCPR encaminhada	1	1	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	330	274	81%
Total		2.461	1.829	74%

Além disso, foram previstas metas relacionadas à análise de processos, detalhadas a seguir:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGPTCE	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	2.520	8.800
Tomadas de Contas Especiais - TCE	Processos Analisados	987	2.634
TOTAL		3.507	11.434
% de Aferição		326%	

Anexo III

Consolidado das Controladorias Regionais

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta para as unidades regionais, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-R		
		Meta	Aferição	% de Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	35	31	89%
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios Concluídos	461	403	87%
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios Concluídos	213	213	100%
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Concluídos	176	110	63%
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Pré-Projetos Elaborados	59	49	83%
Acompanhamento da Gestão Demandas Externas	Relatórios Concluídos	270	161	60%
Recursos Externos	Ordens de serviço Concluídas	373	234	63%
Auditoria sobre a Integridade das Estatais	Relatórios Concluídos	10	9	90%
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados/concluídos	2	2	100%
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Concluídos	318	318	100%
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	86	74	86%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	100%	84%	84%
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	348	282	81%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	100%	45%	45%
		53	30	57%
TOTAL		2406	1917	80%

Além disso, foram previstas metas relacionadas à análise de processos, detalhadas a seguir:

ATIVIDADES	PRODUTOS	SFC	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	14077	40557
			288%

Anexo IV

1. Diretoria de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle (DC)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	DC	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	2	2
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	4	4
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	45	45
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	85	60
TOTAL		136	118
% de Aferição			87%

1.1 Coordenação-Geral de Técnicas e Procedimentos (CGTEP)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGTEP	
		Meta	Aferição
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	25	20
TOTAL		25	20
% de Aferição			80%

1.2 Coordenação Geral de Prospecção e Inovação (CGPRI)

A Coordenação-Geral assumiu as atribuições das seguintes unidades, previstas no Plano Operacional de 2015: Coordenação de Gestão de Sistemas e de Informação para as Ações de Controle - DCINF e Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Operações Especiais - DCOPE.

No que se refere à DCINF, no plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGPRI	
		Meta	Aferição
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	18	10
TOTAL		18	10
% de Aferição			56%

Já no que se refere à DCOPE, no plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	DCOPE	
		Meta	Aferição
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	45	45
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	4	2
TOTAL		49	47
% de Aferição			96%

1.3 Coordenação Geral de Auditoria de Recursos Externos e Gestão da Qualidade (CGREQ)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGREQ	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	2	2
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	4	4
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	21	21
TOTAL		27	27
% de Aferição			100%

1.4 Coordenação Geral de Planejamento, Avaliação e Monitoramento (CGPLAM)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGPLAM	
		Meta	Aferição
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	17	14
TOTAL		17	14
% de Aferição			82%

2. Diretoria de Auditoria da Área Econômica (DE)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	DE	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	2	2
	Documentações Básicas Elaboradas	1	1
	Pré-Projetos Aprovados	2	2
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	52	52
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	25	14
	Pré-Projetos Elaborados	14	13
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	44	17
Demandas Externas	Relatórios Homologados	2	1
Auditoria sobre a Integridade das Estatais	Relatórios Homologados	1	1
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	9	6
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas ¹	100%	97% ²
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	25	22
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações ²	100%	100%
Relatório de Gestão Fiscal - RGF	Aferição quadrimestral do RGF	2	2
Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR	PCPR encaminhada	1	1
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	20	19
TOTAL		202	155
% de Aferição			77%

¹ Foi considerado como um único produto, a partir da composição obtida das metas/aferições das respectivas Coordenações.

² Meta considerada atendida.

2.1 Coordenação-Geral de Auditoria da Área Fazendária (CGFAZ)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGFAZ	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Documentações Básicas Elaboradas	1	1
	Pré-Projetos Aprovados	1	1
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	13	13
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	7	5
	Pré-Projetos Elaborados	6	6
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	7	4
Demandas Externas	Relatórios Homologados	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	93% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	13	11
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	3	3
TOTAL		54	47
% de Aferição			87%

¹ Meta considerada atendida.

2.2 Coordenação-Geral de Auditoria da Área Financeira (CGFIN)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGFIN	
		Meta	Aferição
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	18	18
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	2	0
	Pré-Projetos Elaborados	2	2
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	8	2
Auditoria sobre a Integridade das Estatais	Relatórios Homologados	1	1
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	8	6
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	Não se aplica ¹	Não se aplica ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outras Atividades - Processos de Novação de Dívidas	Processo analisado	10	10
TOTAL		50	40
% de Aferição			80%

¹ Não houve ocorrências de trilhas de auditoria de pessoal, razão pela qual a meta foi desconsiderada.

2.3 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Planejamento, Orçamento e Gestão (CGPOG)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGPOG	
		Meta	Aferição
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	7	7
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	6	2
	Pré-Projetos Elaborados	3	3
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	12	2
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	99,2% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	1	1
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	1
TOTAL		32	18
% de Aferição			56%

¹ Meta considerada atendida.

2.4 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento, Indústria e comércio Exterior (CGDIC)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGDIC	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAc emitidos	2	2
	Pré-Projetos Aprovados	1	1
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	14	14
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	10	7
	Pré-Projetos Elaborados	3	2
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	17	9
Demandas Externas	Relatórios Homologados	1	0
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	1	0
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	10	9
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
TOTAL		61	46
% de Aferição			75%

2.5 Coordenação-Geral de Contas de Governo (CGCON)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGCON	
		Meta	Aferição
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	1	1
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Relatório de Gestão Fiscal - RGF	Aferição quadrimestral do RGF	2	2
Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR	PCPR encaminhada	1	1
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	6	5
TOTAL		11	10
% de Aferição			91%

3. Diretoria de Auditoria da Área de Infraestrutura (DI)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	DI	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAc Emitidos	5	2
	RAv Publicados	8	5
	Documentações Básicas Elaboradas	1	0
	Pré-Projetos Aprovados	1	0
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	44	44
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	30	10
	Pré-Projetos Elaborados	20	12
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	97	37
Demandas Externas	Relatórios Homologados	34	23
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	2	1
Auditoria sobre a Integridade das Estatais	Relatórios Homologados	3	3
Auditorias Especiais	Relatórios Homologados	19	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	22	22
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	28	15
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas ¹	100%	99% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	21	20
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações ²	100%	85% ²
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	5	1
TOTAL		342	198
% de Aferição			58%

¹ Foi considerado como um único produto, a partir da composição obtida das metas/aferições das respectivas Coordenações.

² Meta considerada atendida.

3.1 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Comunicações (CGCOM)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGCOM	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAc emitidos	2	1
	Pré-Projetos Aprovados	1	0
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	5	5
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	2	1
	Pré-Projetos Elaborados	2	2
Acompanhamento da Gestão Recursos Externos	Relatórios Homologados	17	3
Auditoria sobre a Integridade das Estatais	Ordens de serviço Homologadas	1	0
	Relatórios Homologados	1	1
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	6	3
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	99,7%
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	0
TOTAL		40	18
% de Aferição			45%

3.2 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Minas e Energia (CGENE)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGENE	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAv Publicados	1	0
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	21	21
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	12	2
	Pré-Projetos Elaborados	12	8
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	16 ¹	4
Demandas Externas	Relatórios Homologados	2	1
Auditoria sobre a Integridade das Estatais	Relatórios Homologados	2	2
Auditorias Especiais	Relatórios Homologados	16	1
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	12	4
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	98,5% ²
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	1	0
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	45% ³
Total		97	44
% de Aferição			46%

¹ Por erro operacional, constava a meta de 17 produtos para a CGENE, mas o correto são 16.

² Meta considerada atendida.

³ Meta considerada não atendida.

3.3 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Integração Nacional (CGINTE)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGINTE	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	1	0
	RAV Publicados	5	5
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	6	6
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	3	1
	Pré-Projetos Elaborados	3	0
Acompanhamento da Gestão Demandas Externas	Relatórios Homologados	28	18
	Relatórios Homologados	14	12
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	3	3
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	8	8
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	0
TOTAL		75	56
% de Aferição			75%

3.4 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Transportes (CGTRA)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGTRA	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	1	1
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	5	5
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	5	3
	Pré-Projetos Elaborados	1	1
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	18	10
Demandas Externas	Relatórios Homologados	7	6
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	1	1
Auditorias Especiais	Relatórios Homologados	2	0
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	8	6
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	96,6% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	5	5
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	81,44% ¹
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	1
TOTAL		56	41
% de Aferição			73%

¹ Meta considerada atendida.

3.5 Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Cidades (CGURB)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGURB	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	1	0
	RAV Publicados	2	0
	Documentações Básicas Elaboradas	1	0
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	7	7
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	8	3
	Pré-Projetos Elaborados	2	1
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	18	2
Demandas Externas	Relatórios Homologados	11	4
Auditorias Especiais	Relatórios Homologados	1	0
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	19	19
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	7	7
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	0
TOTAL		82	46
% de Aferição			56%

4. Diretoria de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho (DP)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	DP	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	1	0
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	11	5
	RAV Publicados	2	1
	Pré-Projetos Aprovados	6	1
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	85	85
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	20	14
	Pré-Projetos Elaborados	13	12
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	55	31
Demandas Externas	Relatórios Homologados	13	11
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	25	25
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas ¹	100%	98% ²
	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC	6	6
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	15	15
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	90% ²
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	172	162
TOTAL		428	371
% de Aferição			87%

¹ Foi considerado como um único produto, a partir da composição obtida das metas/aferições das respectivas Coordenações.

² Meta considerada atendida.

4.1 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Trabalho e Emprego (CGTEM)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGTEM	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	1	0
	Pré-Projetos Aprovados	2	0
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	25	25
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	5	4
	Pré-Projetos Elaborados	4	3
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	4	1
Demandas Externas	Relatórios Homologados	5	5
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	6	6
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
TOTAL		55	47
% de Aferição			85%

4.2 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Serviços Sociais (CGSES)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGSES	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	5	3
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	53	53
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	13	9
	Pré-Projetos Elaborados	8	8
Acompanhamento da Gestão Demandas Externas	Relatórios Homologados	33	20
	Relatórios Homologados	4 ¹	3
Auditoria de Pessoal Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	Não se aplica ²	Não se aplica ²
	Unidades examinadas com PPP monitorados	2	2
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	173 ³	162
TOTAL		292	261
% de Aferição			89%

¹ Por erro operacional, constava a meta de 5 produtos para a CGSES, mas o correto são 4.

² Não houve ocorrências de trilhas de auditoria de pessoal, razão pela qual a meta foi desconsiderada..

³ Apesar de constar a meta inicial de 2 projetos/atividades, o correto seriam 172 Relatórios homologados, pois o produto do Projeto "Levantamento de Informações do Sistema S" são ordens de serviço homologadas (e não um documento consolidando tais informações) e uma OS concluída, referente ao levantamento para elaboração do manual de auditoria em obras.

4.3 Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial (CGPTCE)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGPTCE	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	Não se aplica ¹	Não se aplica ¹
	Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC	6	6
TOTAL		6	6
% de Aferição			100%

¹ Não houve ocorrências de trilhas de auditoria de pessoal, razão pela qual a meta foi desconsiderada.

Além disso, foram previstas metas relacionadas à análise de processos, detalhadas a seguir:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGPTCE	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	2.520	8.800
Tomadas de Contas Especiais - TCE	Processos Analisados	987	2.634
TOTAL		3.507	11.434
% de Aferição			326%

4.4 Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Previdência (CGPREV)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGPREV	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	3	2
	Pré-Projetos Aprovados	1	0
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	2	1
	Pré-Projetos Elaborados	1	1
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	14	9
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	94,7% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	3	3
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
TOTAL		26	18
% de Aferição			69%

¹Meta considerada atendida

4.5 Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento Social (CGDES)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGDES	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	1	0
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAc emitidos	2	0
	RAv Publicados	2	1
	Pré-Projetos Aprovados	3	1
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	7	7
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	4	1
Demandas Externas	Relatórios Homologados	4	3
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	25	25
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	4	4
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	60%
TOTAL		54	44
% de Aferição			81%

5. Diretoria de Auditoria das Áreas de Produção e Meio Ambiente (DR)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	DR	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	3	3
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	14	8
	RAV Publicados	7	5
	Documentações Básicas Elaboradas	4	3
	Pré-Projetos Aprovados	1	1
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	53	53
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	39	28
	Pré-Projetos Elaborados	14	10
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	66	32
Auditoria por Área de Gestão - RAG	Relatórios Homologados	1	1
Demandas Externas	Relatórios Homologados	57	40
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	7	6
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	61	61
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	25	24
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas ¹	100%	99% ²
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	25	18
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações ²	100%	77% ²
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	1
TOTAL		380	296
% de Aferição			78%

¹ Foi considerado como um único produto, a partir da composição obtida das metas/aferições das respectivas Coordenações.

² Meta considerada atendida.

5.1 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CGAGR)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGAGR	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAc emitidos	2	2
	RAv Publicados ¹	3	3
	Documentações Básicas Elaboradas	3	3
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	25	25
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	14	8
	Pré-Projetos Elaborados	2	1
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	17	10
Auditoria por Área de Gestão	Relatórios Homologados	1	1
Demandas Externas	Relatórios Homologados	7	1
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	1 ²	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	7	7
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	9	9
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	36,2% ¹
TOTAL		93	72
% de Aferição			77%

¹Meta considerada não atendida

5.2 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento Agrário (CGDAG)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGDAG	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAc emitidos	4	4
	RAv publicados	2	2
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	14	14
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	15	11
	Pré-Projetos Elaborados	5	4
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	19	6
Demandas Externas	Relatórios Homologados	12	11
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	3	3
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	2	2
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	7	7
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	1
TOTAL		86	67
% de aferição			78%

5.3 Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Turismo e de Esporte (CGTES)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGTES	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	6	0
	Documentações Básicas Elaboradas	1	0
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	6	6
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	14	6
Demandas Externas	Relatórios Homologados	33	25
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	1	0
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	47	47
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	4	3
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	8	8
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
TOTAL		122	97
% de Aferição			80%

5.4 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Cultura (CGCULT)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGCULT	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	2	2
	RAV Publicados	1	0
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	5	5
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	3	3
	Pré-Projetos Elaborados	1	1
Acompanhamento da Gestão Demandas Externas	Relatórios Homologados	10	8
	Relatórios Homologados	5	3
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	4	4
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	7	7
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	96,3% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	10	3
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	95% ¹
TOTAL		50	38
% de Aferição			76%

¹ Meta considerada atendida.

5.5 Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Meio Ambiente (CGAMB)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGAMB	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	3	3
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAv Publicados	1	0
	Pré-Projetos Aprovados	1	1
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	3	3
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	7	6
	Pré-Projetos Elaborados	6	4
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	6	2
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	5	5
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	3	3
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	97,3% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	54,13% ¹
TOTAL		37	29
% de Aferição			77%

¹ Meta considerada atendida.

6. Diretoria de Auditoria da Área Social (DS)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	DS	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAc emitidos	5	3
	RAv Publicados	3	0
	Documentações Básicas Elaboradas	2	2
	Pré-Projetos Aprovados	1	0
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	89	89
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	101	53
	Pré-Projetos Elaborados	33	25
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	135	82
Demandas Externas	Relatórios Homologados	265	139
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	2	2
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	179	179
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	60	55
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas ¹	100%	73% ²
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	26	25
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações ¹	100%	92% ²
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	4	3
TOTAL		907	659
% de Aferição			73%

¹ Foi considerado como um único produto, a partir da composição obtida das metas/aferições das respectivas Coordenações.

² Meta considerada atendida.

6.1 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Justiça e Segurança Pública (CGSEG)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGSEG	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	3	3
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	18	18
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	5	1
	Pré-Projetos Elaborados	6 ¹	3
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	13	4
Demandas Externas	Relatórios Homologados	5	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	3	3
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	0 ²	0
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	91,8% ³
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	0
TOTAL		56	35
% de Aferição			62%

¹ Por erro operacional, constava a meta de 7 produtos para a CGSEG, mas o correto são 6.

² Por erro operacional, constava a meta de 1 produto para a CGSEG, mas o correto seria 0.

³ Meta considerada atendida.

6.2 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Saúde (CGSAU)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGSAU	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAc emitidos	1	0
	RAv Publicados	2	0
	Pré-Projetos Aprovados	1 ¹	0
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	26	26
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	16	11
	Pré-Projetos Elaborados	10	10
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	19	12
Demandas Externas	Relatórios Homologados	64	39
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	99	99
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	4	4
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	94,6% ²
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	9	9
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	72% ²
TOTAL		253	212
% de Aferição			84%

¹ Por erro operacional, constava a meta de 2 produtos para a CGSAU, mas o correto seria 1.

² Meta considerada atendida.

6.3 Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Educação (CGEDUB)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGEDUB	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAV Publicados	1	0
	Documentações Básicas Elaboradas	2	2
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	15	15
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	13 ¹	10
	Pré-Projetos Elaborados	3	2
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	31	25
Demandas Externas	Relatórios Homologados	175	88
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	77	77
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	18	16
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	1	1
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
TOTAL		338	238
% de Aferição			70%

¹ Por erro operacional, constava a meta de 14 produtos para a CGSAU, mas o correto seria 13.

6.4 Coordenação-Geral de Auditoria da Área da Educação Superior (CGEDUS)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGEDUS	
		Meta	Aferição
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	19	19
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	65	30
	Pré-Projetos Elaborados	11	7
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	66	39
Demandas Externas	Relatórios Homologados	20	11
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	34	32
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	34,1% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	5	5
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
TOTAL		222	144
% de Aferição			65%

¹ Meta considerada como não atendida.

6.5 Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Ciência e Tecnologia (CGCIT)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGCIT	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAC emitidos	1	0
Auditoria Anual de Contas - AAC	Documentos do Controle Interno inseridos no Sistema e-Contas do TCU	11	11
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios Homologados	2	1
	Pré-Projetos Elaborados	3	3
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	6	2
Demandas Externas	Relatórios Homologados	1	0
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	2	2
Análise da Auditoria Interna	Relatórios Homologados	4	3
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	46,7% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	11	10
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	90% ¹
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	3	3
TOTAL		46	36
% de Aferição			79%

¹ Meta considerada como não atendida.

7. Gabinete da SFC

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	SFCGAB	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatório Concluído	1	1
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	12	8
Auditoria por Área de Gestão - RAG	Relatórios Homologados	18	9
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	1	1
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	42	21
Total		74	40
% de Aferição			54%

7.1 Núcleo de Coordenação de Auditoria de Obras e Serviços (GSNOB)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGNOB	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	RAc emitidos	1	1
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	9	7
Outros Projetos/Atividades	Projetos ou atividades concluídas	38	19
TOTAL		48	27
% de Aferição			56%

7.2 Núcleo de Coordenação de Auditoria de TI (GSNTI)

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	GSNTI	
		Meta	Aferição
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	3 ¹	1
Auditoria por Área de Gestão - RAG	Relatórios Homologados	18	9
Recursos Externos	Ordens de serviço Homologadas	1	1
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	4	2
TOTAL		26	13
Aferição %			50%

¹ Por erro operacional, constava a meta de 1 produto para o GSNTI, mas o correto são 3.

Anexo V

1. Controladoria Regional da União no Estado do Acre

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-AC	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	6	5
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	6	6
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	3	3
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	3	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios concluídos	8	8
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	8	8
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	2
TOTAL		39	36
% de Aferição			92%

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-AC	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	172	386
% de Aferição			224%

2. Controladoria Regional da União no Estado de Alagoas

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-AL	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	5	5
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	4	4
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	4	3
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	34	20
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	6	6
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	1	1
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	83,9%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	8	8
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	1
TOTAL		67	51
% de Aferição			76%

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-AL	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	409	699
% de Aferição			171%

3. Controladoria Regional da União no Estado do Amazonas

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-AM	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	1	0
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	6	3
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	9	9
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Pré-Projetos Elaborados	2	0
	Relatórios concluídos	1	0
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	10	2
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	4	1
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	1	0
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	3,4%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	7	3
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	0
TOTAL		44	18
% de Aferição			43%

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-AM	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	513	578
% de Aferição			113%

4. Controladoria Regional da União no Estado do Amapá

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-AP	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	2	2
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	3	3
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	6	6
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	1	1
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	5	4
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	5	5
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	7	7
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	0
TOTAL		33	30
% de Aferição			91%

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-AP	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	154	333
% de Aferição			216%

5. Controladoria Regional do Estado da Bahia

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-BA	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	1	2
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	63	60
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	11	11
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	6	2
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	10	7 ¹
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	39 ²	26
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	10	10
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	2	2
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	99,1% ³
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	5	3
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	49% ⁴
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	5	4
Total		154	128
% de Aferição			83%

¹ Por erro operacional, constava a aferição de 6 produtos para a CGU/BA, mas o correto são 7.

² Por erro operacional, constava a meta de 41 produtos para a CGU/BA, mas o correto são 39.

³ Meta considerada como atendida.

⁴ Meta considerada como não atendida.

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-BA	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	867	4023
% de Aferição			464%

6. Controladoria Regional do Estado do Ceará

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-CE	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	28	25
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	12	12
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Pré-Projetos Elaborados	3	0
	Relatórios concluídos	3	1
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	8	2
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	33	16
Recursos Externos	Relatórios concluídos	1	1
Auditoria sobre a Integridade das Estatais	Relatórios concluídos	1	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	18	18
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	3	3
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	3	2
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	97,9%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	7	1
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	0
TOTAL		124	83
% de Aferição			67%

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-CE	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	1453	0
% de Aferição			0%

7. Controladoria Regional do Estado do Espírito Santo

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-ES	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	8	8
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	4	4
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	7	7
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	19	16
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	2	2
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	7	7
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	2	2
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	4	4
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	90,9%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	10	9
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	0
TOTAL		65	59
% de Aferição			91%

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-ES	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	766	4671
% de Aferição			610%

8. Controladoria Regional do Estado de Goiás

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-GO	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	4	4
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	10	8
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	7	7
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	13	5
	Pré-Projetos Elaborados	3 ¹	3
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	26	11
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	2	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	15	15
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	3	3
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	3	2
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	96,4% ²
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	14	10
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	80% ²
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	1
Total		104	73
% de Aferição			70%

¹ Por erro operacional, constava a meta de 4 produtos para a CGU/GO, mas o correto são 3. Além disso, uma das metas associadas à atividade “acompanhamento da gestão” era relacionada à “avaliação dos resultados da gestão”.

²Meta Considerada Atendida.

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-GO	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	105	400
% de Aferição			381%

9. Controladoria Regional do Estado do Maranhão

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-MA	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	1	0
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	24	19
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	3	3
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Pré-Projetos Elaborados	1	1
	Relatórios concluídos	1	0
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	5	1
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	21	6
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	9	9
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	93,8%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	3	0
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	0
TOTAL		70	40
% de Aferição			57%

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-MA	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	147	887
% de Aferição			603%

10. Controladoria Regional do Estado de Minas Gerais

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-MG	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	32	29
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	14	14
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	3	3
	Pré-Projetos Elaborados	1	1
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	15	10
Demandas Externas	Relatórios concluídos	20	16
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios Concluídos	16	16
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	3	3
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	99,8% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	24	20
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	90% ¹
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	2
TOTAL		132	116
% de Aferição			88%

¹ Meta considerada atendida

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-MG	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	1382	6491
% de Aferição			470%

11. Controladoria Regional do Estado do Mato Grosso do Sul

No plano operacional de 2015, foram previstos os produtos abaixo relacionados, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-MS	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	4	4
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	5	4
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	4	4
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	8	8
	Pré-Projetos Elaborados	1	1
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	8	5
Demandas Externas	Relatórios concluídos	18	15
Recursos Externos	Relatórios concluídos	1	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios concluídos	13	13
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	2	2
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	10	10
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	1
TOTAL		77	70
% de Aferição			91%

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-MS	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	185	423
% de Aferição			229%

12. Controladoria Regional do Estado do Mato Grosso

No plano operacional de 2015, foram previstos os produtos abaixo relacionados, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-MT	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	1	1
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	6	5
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	6	6
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	6	2
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	4	2
Demandas Externas	Relatórios concluídos	11	10
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios concluídos	5	5
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	82,9% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	5	4
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	3	3
TOTAL		50	41
% de Aferição			82%

¹Meta considerada atendida.

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-MT	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	210	779
% de Aferição			371%

13. Controladoria Regional do Estado do Pará

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-PA	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	1	1
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	22	22
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	9	9
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	4	4
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	3	2
Demandas Externas	Relatórios concluídos	28	27
Recursos Externos	Relatórios concluídos	1	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios concluídos	14	14
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	1	1
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	2	2
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	99,3% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	18	18
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	1
Total		106	104
% de Aferição			98%

¹Meta considerada atendida

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-PA	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	292	599
% de Aferição			205%

14. Controladoria Regional do Estado da Paraíba

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-PB	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	19	14
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	4	4
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	11	3
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	8	3
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	9	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios concluídos	13	13
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	66,7% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	1	1
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	0
TOTAL		70	41
% de Aferição			58%

¹ Meta considerada atendida

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-PB	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	700	934
% de Aferição			133%

15. Controladoria Regional do Estado de Pernambuco

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-PE	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	3	3
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	22	18
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	11	11
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Pré-Projetos Elaborados	10	8
	Relatórios concluídos	5	3
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	21 ¹	20
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	22	15
Recursos Externos	Relatórios concluídos	1	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios concluídos	25	25
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	2	2
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	16 ²	12
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	25	21
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	47,4% ³
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	2
TOTAL		167	142
% de Aferição			85%

¹ Por erro operacional, constava a meta de 23 produtos para a CGU/PE, mas o correto é 21.

² Por erro operacional, constava a meta de 17 produtos para a CGU/PE, mas o correto é 16.

³ Meta considerada não atendida.

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-PE	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	1054	1704
% de Aferição			162%

16. Controladoria Regional do Estado do Piauí

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-PI	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	18	17
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	5	5
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	2	2
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	3	2
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	40	14
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios concluídos	6	6
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	99% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	14	12
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	0
TOTAL		93	60
% de Aferição			65%

¹Meta considerada atendida.

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-PI	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	376	204
% de Aferição			54%

17. Controladoria Regional do Estado do Paraná

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-PR	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	2	3
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	24	24
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	9	9
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	25	17
	Pré-Projetos Elaborados	16	15
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	27	22
Acompanhamento da Gestão	Relatórios Homologados	5	0
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	7	7
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios concluídos	14	14
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	2	2
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	8	8
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	17	17
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	98% ¹
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	6	6
TOTAL		164	146
% de Aferição			89%

¹ Meta considerada atendida.

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-PR	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	547	726
% de Aferição			133%

18. Controladoria Regional do Estado do Rio de Janeiro

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-RJ	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	2	5
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	26	17
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	32	32
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	26	17
	Pré-Projetos Elaborados	14	14
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	38	25
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	20	15
Recursos Externos	Relatórios concluídos	2	2
Auditoria sobre a Integridade das Estatais	Relatórios concluídos	1	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios concluídos	8	8
	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos homologados	1	1
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	14	11
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	95,3%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	54	47
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	0
TOTAL		241	196
% de Aferição			81%

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-RJ	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	946	5457
% de Aferição			577%

19. Controladoria Regional do Estado do Rio Grande do Norte

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-RN	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	18	16
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	7	7
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Pré-Projetos Elaborados	3	3
	Relatórios concluídos	7	3
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	9	5
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	11	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	13	13
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	100%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	10	7
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	0
TOTAL		82	56
% de Aferição			68%

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-RN	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	599	0
% de Aferição			0%

20. Controladoria Regional no Estado de Rondônia

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-RO	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	1	0
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	5	4
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	7	7
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	3	2
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	1	0
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	1	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	3	3
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	2	0
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	6,70% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	16	11
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades ²	Projetos ou atividades concluídas	4	3
TOTAL		45	31
% de Aferição			69%

¹Meta considerada não atendida

²Por erro operacional, constava a meta de 1 produto para a CGU/RO, mas o correto é 4.

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-RO	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	20	0
% de Aferição			0%

21. Controladoria Regional do Estado de Roraima

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-RR	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	3	3
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	6	6
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	5	1
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	2	1
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	72,90% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	9	8
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	1
TOTAL		29	23
% de Aferição			78%

¹ Meta considerada atendida.

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-RR	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	203	246
% de Aferição			121%

22. Controladoria Regional do Estado do Rio Grande do Sul

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-RS	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	5	5
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	46	39
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	12	12
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Pré-Projetos Elaborados	4	2
	Relatórios concluídos	10	10
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	13	7
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	10	8
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	17	17
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	15	15
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	89,60% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	24 ²	20
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	2
TOTAL		160	139
% de Aferição			87%

¹ Meta considerada atendida.

² Por erro operacional, constava a meta de 25 produtos para a CGU/RS, mas o correto é 24.

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGURS	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	560	2470
% de Aferição			441%

23. Controladoria Regional do Estado de Santa Catarina

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-SC	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	3	0
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	13	13
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	5	5
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Pré-Projetos Elaborados	3	3
	Relatórios concluídos	14	6
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	21	16
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	5	4
Recursos Externos	Relatórios concluídos	1	1
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	15	15
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	1	1
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	99,60% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	6	5
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	0
TOTAL		91	70
% de Aferição			77%

¹ Meta considerada atendida

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-SC	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	782	2.507
% de Aferição			321%

24. Controladoria Regional do Estado de Sergipe

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-SE	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	3	2
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	3	0
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	5	5
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Relatórios concluídos	3	2
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	14	12
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	26	23
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	18	18
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	97,60% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	13	7
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	0
TOTAL		89	70
% de Aferição			79%

¹ Meta considerada atendida

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-SE	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	385	1.099
% de Aferição			285%

25. Controladoria Regional do Estado de São Paulo

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-SP	
		Meta	Aferição
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	30	28
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	11	11
Avaliação dos Resultados da Gestão - ARG	Pré-Projetos Elaborados	1	1
	Relatórios concluídos	6	4
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	6	4
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	4	4
Recursos Externos	Relatórios concluídos	3	2
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	21	21
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	11	11
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	0%
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	16	16
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	0%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	2	0
TOTAL		113	102
% de Aferição			90%

Além disso, foram previstas as seguintes atividades, relacionadas à análise de processos.

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-SP	
		Meta	Aferição
Auditoria de Pessoal	Análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências	1.250	4.935
% de Aferição			395%

26. Controladoria Regional no Estado do Tocantins

No plano operacional de 2015, foram previstos os seguintes produtos como meta, os quais obtiveram as seguintes aferições:

ATIVIDADES	PRODUTOS	CGU-TO	
		Meta	Aferição
Programa Capacita	Eventos de capacitação realizados	1	0
Avaliação da Execução de Programas de Governo - AEPG	Relatórios concluídos	16	14
Auditoria Anual de Contas - AAC	Relatórios concluídos	4	4
Avaliação dos Resultados da Gestão – ARG	Pré-Projetos Elaborados	2	2
	Relatórios concluídos	3	0
Acompanhamento da Gestão	Relatórios concluídos	5	1
Demandas Externas	Ordens de serviço concluídas	4	0
Fiscalização em Entes Federativos	Relatórios de Fiscalização em Entes Federativos concluídos	11	11
Análise da Auditoria Interna	Relatórios concluídos	4	4
Auditoria de Pessoal	Trilhas de Auditoria de Pessoal analisadas	100%	96,4% ¹
Monitoramento do Plano de Providências Permanente	Unidades examinadas com PPP monitorados	17	9
	Análise e Limpeza do Estoque de Recomendações	100%	100%
Outros Projetos / Atividades	Projetos ou atividades concluídas	1	1
		70	48
		% de Aferição	
			69%

¹ Meta considerada atendida

Não foram previstas metas para análise de processos de admissão, aposentadoria, pensão e diligências na CGU-TO.